

A ÉTICA LULIANA SOB A ÓTICA SÓCIO-POLÍTICA.

Crislayne Fátima dos Anjos.
Mestranda em História (UNESP/Assis-SP).
E-mail: crislaynefanjos@gmail.com
Bolsista CAPES.

Resumo:

Ao longo dos cinquenta e três anos dedicados a promoção da palavra de Deus e aos seus intensos esforços missionários, a preocupação pela salvação das almas e da humanidade sob a égide de um único Deus, o cristão, sempre acompanhou o filósofo Ramón Llull (1232-1316). Mas em *El libro de las Béstias* tais objetivos tão característicos de sua filosofia dão espaço à escrita destinada ao mundo cristão. Aqui, sua *Arte* está circunscrita nos aspectos reformistas, morais, didáticos e críticos dirigidos aos que possuem o cetro do poder; príncipes, eclesiásticos e nobres burgueses, figuras indispensáveis para seu ideário reformista ético-social. Neste trabalho, nos debruçamos sobre a exposição da *Arte* no cenário político através da ética das virtudes para o bom exercício de governo.

Palavras-chave: *Arte*; política; reforma.

A teoria política de Ramón Llull¹ é, em grande medida, uma teoria moral dos governantes. Dito isto, a ética política luliana tem como fundamento básico o conhecimento das virtudes, essas que definem Deus e se ancorava em dois pólos contrários: o amor, substrato das virtudes como objetivo do homem e o pecado, projeção dos vícios e força desviadora do homem. Esta contrariedade tinha por objetivo traduzir as *dignidades divinas* em virtudes, refletindo-as no ser humano a imagem da Divindade. Os princípios se constituiriam de guia para inteligência humana entender as verdades cristãs (JAULENT, 2001, p. 24).

¹Ramón Llull nasceu em Maiorca em 1232, três anos após a reconquista desta por Jaime I de Aragão (1208-1276). Situada nas Ilhas Baleares, a ilha era um excelente porto entre a Espanha e o norte da África, bem como rota natural de Gênova, no norte da Itália, ao sul da Espanha. Também era referência aos missionários que desejavam viajar as cortes reais e papais da Europa e ao norte muçulmano da África. Possuía grande concentração de muçulmanos que se mantiveram no território na condição de escravos e judeus. O intenso contato com a pluralidade sociocultural se configurou em um dos elementos principais do pensamento de Llull, que antes da conversão desempenhou o papel de *senescal* na corte de Jaime II de Maiorca (1243-1311). Aos trinta anos, presenciando por cinco vezes a visão do Cristo crucificado durante a escrita de um poema trovadoresco e tomando isto como um chamado, abandona a vida na corte e desnuda-se de seus bens para dedicar-se ao apostolado. A conversão de Llull não se refere apenas à adoção da fé religiosa, mas a uma mudança radical de vida definida pela vontade de viver de maneira mais piedosa.

Para Ramón, cada *dignidade* era um atributo de Deus, uma *virtude* que cada criatura participava, em maior ou menor escala, em semelhança. Seria pelo conhecimento e raciocínio destes atributos divinos que a existência humana se elevaria à Deus. De valores metafísicos, as *dignidades* pertenciam à essência, os quais a atividade divina produziu a existência do mundo (CHIMENTO, 2010, p. 492). Ou seja, a natureza procura realizar a vida que se eleva a consciência. A ciência de Ramón Llull não é sua, e sim, de Deus.

De tal modo, as *virtudes* dividem-se entre as que se referem a Deus, as *incriadas* ou *ad intra* e, conseqüentemente as mais nobres e as que concernem às criaturas, as *criadas* ou *ad extra*. Isto não significa que esta última não remeta a Ele; ambas emanam do Divino e jamais são contrárias umas as outras; contudo, a diferença entre elas está fundamentada no fato de que a primeira são virtudes da divindade enquanto as segundas são virtudes que provêm da divindade, ou seja, são próprias aos homens. São através destes princípios que se prova a existência de Deus, onde se exaltam suas qualidades eminentes (sabedoria e perfeição), suas visões afetivas e morais (bondade, poder e amor) e suas relações com as criaturas (grandeza e eternidade). Neste sentido, “nem as *virtudes incriadas* e nem as *virtudes criadas* podem estabelecer nenhum tipo de relação com os vícios ou pecados capitais, pois ambas provêm de forma direta ou indireta de Deus” (PARDO PASTOR, 2006, p. 54).

Dito isto, em face da teoria política, sendo instrumento de virtudes, é dever do rei que deseja servi-Lo evitar os pecados, pois sendo este uma imperfeição e em Deus sendo inconcebíveis imperfeições, estabelece-se uma contrariedade às qualidades d’Ele. Segundo Llull, a justiça divina não prevê perdão para aqueles que não cumprem o papel atribuído por Ele na Terra e sendo representante direto, a conseqüência da maior responsabilidade moral de um governante consiste na concepção que o soberano virtuoso torna seu povo virtuoso, enquanto que o corrupto o corrompe (CHIMENTO, 2010, p. 392). Cabe ao seu ofício arbitrar os conflitos e equilibrar a sociedade.

Para que se compreenda a aplicação da ética no cenário político, é preciso analisá-las sob a ótica dos comportamentos, ponto fundamental do pensamento de

Ramón Llull. Em *El Libro de las Béstias*², ao expor o cenário do reino animal, o filósofo maiorquino alerta aos governantes para se preservem dos maus conselheiros, ao passo que esmiúça a deterioração do rei mediante as obscuras faces do poder. Como peça fundamental para que os homens se aproximem das *virtudes divinas*, a ética do príncipe luliano é um mecanismo para que seu reino alcance a salvação através das virtudes (CHIMENTO, 2010, p. 495).

Como aponta o medievalista Ricardo da Costa, o conceito de *virtude* sofreu variações ao longo do tempo. Na Antiguidade, em sua *República*, Platão (428/427 a.C.-348/347 a.C.) compreendeu-a como uma capacidade de realizar uma determinada atribuição; para Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), em *Ética a Nicômanos*, como um hábito racional, que tornaria o homem bom. No entanto, Tomás de Aquino (1225-1274) refletiu a virtude aristotélica como resultado dos hábitos humanos, em *Suma Teológica*, as virtudes são potências naturalmente ativas e seu fim geram as ações e são estas ações do homem determinadas pelos hábitos, sendo assim, as virtudes humanas são hábitos³. É dessa definição que Ramón Llull compartilhará para suas concepções.

Para Llull, o método das *dignidades divinas* serve para se conhecer o clamor de Deus e o fenômeno político está intrinsecamente ligado às virtudes, pois, sem estas, maiores as exacerbações pelas tentações e pelos perjúrios. Crê que a ação do homem é indissociável da ação de Deus e sendo todos os homens criaturas divinas, suas relações sociais, culturais e religiosas também devem ser refletidas como um elemento acerca da Divindade. Estes conhecimentos sobre a criatura e suas percepções de mundo contribuiriam para a contemplação e condução a Deus. Deste modo, sendo Ele o criador, sua criação está em harmonia com suas dignidades e, dentre as criaturas, o homem é o mais semelhante aos elementos que correspondem à realidade terrena e divina (PARDO PASTOR, 2006, p. 63).

Os eventos narrados em *El Libro de las Béstias* oferecem ao leitor o diagnóstico de Llull sobre o panorama do final século XIII, onde o lugar pertencente ao conselho e a

²O livro compõe uma das obras mais conhecidas de Ramón Llull, o *Livro das Maravilhas*, escrito durante os dois anos de estadia na corte francesa de Felipe, o Belo (1268-1314). A obra divide-se em dez livros, cujo tema apresenta-se: 1. Deus; 2. Anjos; 3. Céu; 4. Elementos; 5. Plantas; 6. Metais; 7. Bestas; 8. Homem; 9. Paraíso; 10. Inferno. O objetivo da obra é explícito: o filósofo busca que seus pares conheçam a Deus, sirvam-no e amem-no. In: COSTA, Ricardo da. *A novela na Idade Média: o Livro das Maravilhas* (1288-1289) de Ramón Llull, 2009.

³COSTA, *Op. cit.*, 2004, p. 489-490.

concepção de governo está claramente definido pelo filósofo. Os responsáveis pelas más condições do mundo são seus governantes, sejam príncipes ou prelados, cujas próprias insensatezes e/ou pelos conselhos de seus assessores, agonizam a humanidade sob as conseqüências nefastas de suas ações (SIMON, 2013, p. 161). De fato, a originalidade de Ramón Llull se atribui ao seu “modo prático de compreender a realidade” (JAULENT, 2001, p. 05) e a sua independência no que concernem alguns aspectos de seu contexto geral⁴.

O filósofo maiorquino aplicava as *virtudes* em suas obras de acordo com as profundas ligações socioculturais que cada uma delas possuía. Em *El libro de las Bestias* ao dedicar-se ao espelho de príncipes⁵, a sistematização e classificação das virtudes e dos vícios desenvolvida por Llull baseava-se na concordância e contrariedade, mas, não se disporá aqui todas elas, apenas as julgadas mais importantes para entender o fenômeno sociopolítico. Seriam elas: Fé e Incredulidade; Caridade e Ódio; Esperança e Desespero; Justiça e Injustiça; Prudência e Imprudência; Temperança e Destemperança; Castidade e Luxúria; Fidelidade e Inveja; Humildade e Soberba; Paciência e Ira (CHIMENTO, 2010, p.494).

Para ele, a vida política é substancial e necessária; ao soberano é preciso que dedique sua vida e seu poder à causa do povo. Quais seriam, portanto, as virtudes lulianas próprias e necessárias aos governantes? (COSTA, 2004, p. 488).

A obra se inicia com a exposição de uma sociedade de Bestas que desejam eleger um rei⁶. São descritos vinte e dois animais que se polarizam em duas classes

⁴Dentre os exemplos, citamos a questão mongol que para a política papal do final do século XII e início do século XIII não parecia tão urgente. Até meados de 1250, os mongóis haviam dominado a China e a Ásia Central, controlando a Rússia e lançado ataques a Europa Central. Mas a cristandade ocidental voltava suas preocupações aos movimentos dissidentes e aos problemas das Cruzadas. Não podendo pregar diretamente aos mongóis, Llull se dedica aos muçulmanos, não apenas em Maiorca, mas ao norte da África que lhe custará três incursões, sendo preso e quase assassinado em uma delas. In: HILLGARTH, J. Vida e Impotência de Ramon Llull en el contexto del segle XIII. *Anuario de Estudios Medievales*, nº26, p.1996, p. 969-973.

⁵A literatura política dirigida para a educação ética dos governantes, o *espelho de príncipes*, é característico dos escritos políticos entre os séculos XIII e XV. As reflexões sobre o exercício da monarquia atreladas a construção da imagem de um rei sábio trouxeram a luz uma filosofia teológico-política onde o rei, através de uma educação virtuosa, deveria ser espelho de virtude para os seus súditos, cuja contemplação de um modelo de perfeição os encaminharia para a esfera celeste.

⁶Diferentemente de todas as demais obras que compõem *Félix*, *El libro de las Bestias* não é narrado pelo personagem principal. Ao invés de agente ativo, papel desempenhado nos outros nove livros, aqui Félix despede-se da narração ao final do prólogo e passa à condição de observador, resignando-se a

sociais, os carnívoros e herbívoros. Em *El Libro de las Béstias*, a exposição das virtudes lulianas pode ser pensada a partir de cinco aspectos problematizadores, seguidos de acordo com a proposta do filósofo Trías Mercant (COSTA, 2004, p. 495):

- a) A polaridade entre os vícios e as virtudes e a descrição da virtude, ambos presentes no processo eleitoral;
- b) Deus como causa e fim da vida virtuosa;
- c) A postura ética de admiração em relação à extensão dos vícios no mundo, extraídos das descrições do governo do rei Leão;
- d) A análise dos casos de consciência, manifestados pela perspectiva ético-social da virtude e do vício, perceptíveis em três ocasiões: na morte do filho do Boi e do Cavalo, na passagem do adultério contra Dona Leoparda e na morte do Leopardo;
- e) A valorização da virtude da aplicação do sistema de concordância e contrariedade, simbolizados na morte de Dona Raposa.

A princípio, é perceptível a tendência para que o Leão⁷ desempenhe o ofício, mas o Boi reluta quanto a sua eleição por acreditar que apenas uma classe social será favorecida por esse resultado, estando à outra a mercê de políticas inóspitas.

Durante a oposição do Boi com relação à eleição do Leão, em seu discurso o mesmo diz que o rei tem de “ser humilde por seu caráter” (LLULL, 1983, p. 13). Conceitualmente, o animal reflete sobre um governante merecedor de admiração, portador de índole moral e intelectual, cujas *virtudes* o tornariam um soberano melhor. Entre elas, estariam a prudência, justiça, fortaleza e temperança, denominada *virtudes cardeais*, referenciais para o homem e para um governo sábio e justo. Em outra passagem do mesmo discurso, o Boi complementa dizendo “e que considere a seus súditos e não os infira menor dano” (LLULL, 1983, p. 13); aqui, o animal faz alusão às virtudes da fé, esperança e caridade, denominadas *virtudes teológicas*, onde se abstrai o

testemunhar e absorver os ensinamentos, para levá-los consigo e disseminá-los, retornando à sua posição apenas no epílogo.

⁷ A predominância do Leão no bestiário se encontra envolto em um mundo de emblemas e códigos sociais. Na Europa cristã, não é necessariamente uma fera exótica e desconhecida, mas um animal que pode ser visto pintado ou esculpido em igrejas, ou seja, quase parte da vida cotidiana. O Leão conserva o primeiro lugar como rei dos animais, pois, há ele investem com todas as virtudes de chefe e guerreiro (força, coragem, orgulho, generosidade e justiça), às vezes se agrega uma dimensão cristológica (caridade, oblação e misericórdia). In: PASTOUREAU, Michel. *Una historia simbólica de la Edad Media occidental*. 1ª edição. Buenos Aires: Katz, 2006.

sentido mais puro do amor e da paz pelo bem do próximo. O oposto disto apresentaria um rei orgulhoso, rancoroso e injusto, espelho das vaidades e da soberba humana.

Isto se evidencia na explanação de sua ética pelo exercício dos contrários disposta durante o argumento de Dona Raposa na passagem da eleição do bispado em uma catedral e as intrigas para se conseguir a posição (LLULL, 1983, p. 15). Após as advertências contidas na fala do Boi, a instabilidade e incertezas quanto à governança do Leão, anteriormente inexistentes, instala-se nos ânimos. Dona Raposa, personagem que simboliza a *maestria*⁸, apela para o *exempla*⁹ da *matter ecclesia* para consolidar a eleição leonina. Durante a exposição, descreve a disputa entre um sábio sacristão, cuja intelectualidade irá assemelhar à força do Leão, e um simples cônego cuja luxúria irá confrontar com a fraqueza do Cavalo, indicado em oposição ao carnívoro. Inverte o cenário e o traz para o cerne das contendas do processo eleitoral e assimilando as descrições dos envolvidos às bestas, a personagem une a contrariedade descrita em duas realidades dúbias, a animal e a humana, para refletir um ao outro. A idéia é que o rei deve imitar em seu governo o governo de Deus no mundo, um governo que se expressaria tanto pela lei natural quanto pelas autoridades e exemplos bíblicos (SIMON, 2013, p. 167).

A particularidade de se explicar as *virtudes* a partir da relação entre exemplos narrativos e a realidade material e espiritual, inter-relacionando-os, demonstra a visão simbólica na qual Llull concebia o universo. Ao homem era necessário conhecer as *virtudes*, pois, elas seriam o caminho e o conhecimento para a sustentação do seu comportamento moral cristão. Ao monarca, a aplicação sociopolítica das *virtudes* seria

⁸ O que Llull denomina *maestria* é uma virtude que pode ser compartilhada por bons e maus conselheiros. Diz respeito à inteligência e astúcia que pode se caracterizar através de armadilhas e enganos ou pela sabedoria e lealdade. Em *El Libro de las Bestias*, vemos a *maestria* por meio de dois olhares distintos; em Dona Raposa, símbolo da traição que se vale de mecanismos sórdidos para alcançar seus objetivos e no Elefante, leal súdito cuja inteligência não lhe permite ser enganado pela raposa e que auxilia o rei Leão a enxergar as maquinações da besta. In: SIMON, Josep Maria Ruiz. De guineus, lleons, llops i pastors: domini i govern en el pensament polític de Llull. *Quaderns d'Italia*, v.18, 2013, p.164-165.

⁹ Os *exemplas* floresceram na virada do século XIII e, assim como os bestiários, viram no transcorrer deste período sua ascensão em meio aos métodos de pregação e na literatura ocidental cristã, cuja influência franciscana foi responsável pelo retorno da animalística na escolástica nos anos de 1270-1280, impulsionado pela conjunção entre o conhecimento naturalista ao poder da imaginação sobre o mundo real. A ascensão dos bestiários neste novo cenário lhes trouxe uma nova leitura alegórica da Criação e dessa semiologia cristã transmitida pelos sermões enquanto lição moral e teológica. In: BEAULIEU, Marie Anne Polo. Poules et poules entre métaphores et realie dans la prédication et lês *exempla* du Moyen Âge. *Revue d'ethnoécologie*, v.12, p. 01-17, 2017.

fundamental para se alcançar a harmonização e disseminação da salvação aos seus súditos para que estes a alcançassem através delas.

Segundo Costa (2004, p. 495) é importante destacar que a concepção de moral possui o conceito de liberdade como base, onde a alma está sujeita as virtudes e os vícios por ser livre e por ser capaz de conceber o bem e o mal. Na Idade Média, o conceito de liberdade era compreendido como um privilégio, perante os homens e Deus e a inserção do homem na comunidade; não havia liberdade sem comunidade para o homem medieval.

O governante não deve conceber sua liberdade política como um privilégio de sua estirpe, pois, seus serviços estão dispostos para a sociedade que representa. Através da prudência de suas ações, as *virtudes* são reflexos aos seus súditos, servindo como um espelho de conduta moral de comportamento. O ideário de cristandade luliano necessita e muito, de ética de quem o governar. Entretanto, Ramón Llull não deixa de contrapor as diferenças dos vícios de um mal regente em relação aos erros humanos destes. O filósofo não idealizou um protótipo perfeito de monarca, pelo contrário, Llull não era um quimérico quanto à personalidade humana e tinha plena consciência de que seus intentos não seriam de fácil alcance.

A antropologia e sociologia de *El Libro de las Béstias* implicam em uma ética das virtudes, cuja dialética tem por núcleo central a nobreza, lealdade e justiça frente à deslealdade e traição. A isso, o filósofo maiorquino expressa em Dona Raposa e na corte dos Homens, aqueles que anseiam por poder e que se desviam do caminho do bem ao adentrarem completamente em erro e perversão. A antiga doutrina ciceroniana tem na força e na astúcia elementos que configuram a parte animal da política (SIMON, 2013, p.157).

Penúrias a parte, “Llull contrapõe à honra que se convém ao príncipe virtuoso com a falta, o vício e o pecado do mau príncipe, o tirano” (COSTA, 2000, p. 09). O ponto fundamental da perspectiva cristã de sua teoria política esta assentado na definição de que ou o príncipe é cristão e, portanto, virtuoso, ou não, sendo assim, um mau príncipe (COSTA, 2000, p. 10). Não há um meio termo. A este último, o tirano, não é capaz de esconder seus vícios e sua punição advém da justiça de Deus; seu único meio de salvação é a contemplação.

Do ponto de vista simbólico, o Leão se trata de um animal ambivalente: existe o bom leão e o mal leão. Este último, mais freqüente, é perigoso, cruel e ímpio, encarna os tiranos e maus reis e os homens que vivem na impureza. O bom leão é o mais valente animal de todos e símbolo da tribo de Judá, a mais importante de Israel. Este bom leão se põe a serviço do bem comum e seu rugido expressa a palavra de Deus (PASTOUREAU, 2006, p. 57). É importante atentarmos para o delineamento de caráter que Llull vai traçando do Leão ao longo da obra e como insinua através desta caracterização suas doutrinas sobre poder e governo (SIMON, 2013, p. 164-165).

O reinado do Leão, desde o início, se apresenta como uma catástrofe eminente. Eleito, permite que os carnívoros se alimentem dos herbívoros pelo apoio prestado nas eleições, tornando os augúrios do Boi em realidade. Quando o próprio rei se alimenta dos filhos do Boi e do Cavalo (LLULL, 1983, p. 16), rompe com as reciprocidades das ordens essenciais no sistema de vassalagem, cujas relações afetuosas e de respeito assemelham-se a do filho perante o pai (DUBY, 1994, p. 89). O desrespeito para com sua linhagem faz com que o Boi e o Cavalo migrem para o reino dos Homens, na busca de encontrarem um senhor que os aceite e compartilhe de sua vingança; mas a realidade se mostra símile e aos dois são imputados trabalhos forçados e extenuantes (LLULL, 1983, p. 17-18).

O filósofo vale da idéia de *virtude* como hábito, ou seja, as *virtudes* humanas são hábitos (COSTA, 2004, p. 490). Neste sentido, o recuo leonino perante os vícios na passagem do adultério contra Dona Leoparda, mulher de seu mais fiel súdito, o Leopardo (LLULL, 1983, p. 62-64) mostra uma feroz condenação a aquele que se exige máxima exemplaridade. Cabe aos monarcas reprimirem os vícios pela virtude e não ruírem frente a eles. As conseqüências do ato se desencadeiam uma cadeia de sucessivas ações que culminam na morte do Leopardo após este acusar o Leão de traição.

A traição, um dos delitos mais abominável de Deus (LLULL, 1983, p. 66), faz o rei cair em eterna desonra e vergonha em frente a seus súditos. Ao narrar todo o processo que se desencadeia após a traição, Llull nos mostra um rei de escasso intelecto e com clara propensão à raiva e a intemperança (SIMON, 2013, p. 165). De fato, sem bons conselheiros ao seu lado, cai, um após o outro, nos vícios, até ser rejeitados pelos seus súditos que, após a morte do Leopardo, se recusam a se submeter a um rei traidor e

colérico. O assassinato demonstra que o rei é incapaz de governar sozinho, sem o suporte de um bom conselho.

Tais aspectos permitem perceber a grande inteligência de Llull quando vemos construída a obra sobre a oposição de valores tão substanciais para o filósofo. Esta natural estranheza sustenta a maldade do mundo “[...], pois as bondades foram perdidas desde o tempo dos apóstolos” (JÍMENEZ, 2010, p. 331) e a acentuação da faceta didático-moral da obra vem acompanhada pela reinvidicação expositiva da *Arte* que possibilita o acesso à divindade através das *dignidades*.

A restituição das *virtudes* no reino vem com a morte de Dona Raposa, símbolo da trapaça que morre em meio à vergonha de sua alma deturpada que deseja ascender ao poder. Mas o estabelecimento do bom governo não está simplesmente atrelado a causa-efeito da morte da besta artilosa; está relacionado à nomeação de novos conselheiros, honrados e astutos que prezam pela lealdade e sabedoria em detrimento de seus desejos particulares.

O final é marcado pela insistência das *virtudes* em permanecer diante da instabilidade do reino. O retorno das virtudes, a direção da carne pelo espírito e ao exercício da autoridade do ofício de rei. A nobreza divina que assegura sua posição exprime, com clareza, o ideário medieval sobre a ordem social, onde todos estão em seus lugares e ali deverão permanecer.

O caminho “cosmogônico” (COSTA, 2009, p.06) percorrido por Félix estrutura-se sobre metáforas morais. Ao homem que o ler, deseja Ramón que sua alma seja salva pelo ato de maravilhar-se, pela contemplação do mundo real. Sendo Deus a verdade, porque toda pessoa que mantém a falsidade luta contra Deus e contra a verdade? (RAMÍ S I SERRA, 1991, p. 151). Ao indivíduo que aspira unir-se ao seu Criador, a intensa prática das virtudes aliada a seus esforços de despojamento de si mesmo, *criado*, restabelece-á com seu verdadeiro eu, *incriado*, em Deus.

REFERÊNCIAS.

1. Fontes.

LLULL, Ramon. **El Libro de las Béstias**. Tradução: Geroni Rosseló. Barcelona: Teorema, 1983.

2. Bibliografias.

BEAULIEU, Marie Anne Polo. Poules et poules entre métaphores et realie dans la prédication et lês *exempla* du Moyen Âge. **Revue d'ethnoécologie**, v.12, p. 01-17, 2017.

CHIMENTO, Francesca E. Il Félix e la Teoria Política de Raimondo Lullo: Spunti di riflessione. In: ARNAS, Pedro Roche (Org.). **El pensamiento político en la Edad Média**. Fundación Ramón Areces, Madrid, 2010.

COSTA, Ricardo da. O pensamento político no final do século XIII: A imagem do Príncipe Tirano na Árvore Imperial de Ramón Lull. **Dimensões 11- Revista de História da UFES**. Vitória: UFES, p. 349-364, 2000.

COSTA, Ricardo da. A ética da polaridade de Ramón Lull (1232-1316): o conhecimento necessário dos vícios e virtudes para o bom cumprimento do corpo social. In: COSTA, Marcos Roberto N.; DE BONI, Luis A. (orgs.). **A Ética face aos desafios da contemporaneidade**. Porto Alegre: EDIPURCS, 2004.

COSTA, Ricardo da. **A novela na Idade Média: o Livro das Maravilhas (1288-1289) de Ramón Lull**, 2009.

DUBY, George. **As três ordens ou o Imaginário do Feudalismo**. 2ª edição. Lisboa: Estampa, 1994.

HILLGARTH, J. Vida I Imptòncia de Ramon Lull en el contexto del segle XIII. **Anuario de Estudios Medievales**, nº26, p. 967- 978, 1996.

JAULENT, Esteves. Introdução. In: LÚLIO, Raimundo. **O livro do gentio e dos três sábios (1274-1276)**. Raimundo Lúlio; tradução do catalão, introdução e notas de Esteves Jaulent. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

JÍMENEZ, Julia Butiña. El Libre de les bèstias de Lull y el comportamiento político. In: **Actas del V Congreso SOFIME sobre pensamiento político en la Edad Média**. Universidad de Alcalá; coord. P. Roche. Fund. Ramón Areces, Madrid, 2010.

PARDO PASTOR, Jordi. La Natureza humana en Ramon Lull el pequeño mundo del hombre. **Revista Española de Filosofía Medieval**, nº13, p. 59-68, 2006.

PASTOUREAU, Michel. **Una historia simbólica de la Edad Media occidental**. 1ª edição. Buenos Aires: Katz, 2006.

RAMÍ S I SERRA, Pere. Libre de lês Bèsties: El Príncipe y la Sociedad. **Studia Lulliana**, nº31, p. 149-165, 1991.

SIMON, Josep Maria Ruiz. De guineus, lleons, llops i pastors: domini i govern en el pensament polític de Lull. **Quaderns d'Italia**, v.18, p.157-178, 2013.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019